

A IDEIA



Publicação fundada
em 1974

Não destinada
à venda comercial

Periodicidade
anual

IDEIAS E REALIDADES

A Conferência Internacional sobre Ecologia Social e Municipalismo Libertário, que se realizou em Lisboa, entre 26 e 28 de Agosto de 1998, mostrou que neste momento os anarquistas estão, e por todo o mundo, divididos em duas grandes linhas: os que defendem que a esfera política é uma esfera independente da dominação e os que defendem a interdependência dos dois planos. Os primeiros, considerando que a actual paralisia do movimento libertário mundial se deve à incapacidade que os anarquistas têm mostrado de conviverem com a esfera pública administrativa, aceitam e estimulam a participação política dos anarquistas, reinventando o conceito de democracia como expressão directa da vontade popular, enquanto os segundos desencorajam essa participação, permanecendo fieis às linhas de orientação do movimento desde 1939. Entre os primeiros, sobressaem hoje os defensores do municipalismo libertário, que, com um pensamento muito bem desenvolvido em torno da sociedade ecológica, vão ao ponto de encorajar no imediato, e de forma exclusiva, a participação eleitoral dos anarquistas na vida municipal. Ao lermos os textos que advogam o municipalismo libertário temos a impressão que podemos falar hoje de democracia em sentido limpo e forte, tal como os gregos a inventaram e viveram num tempo aural e ecológico em que o município era a pólis.

A forma como os anarquistas encaram o problema do Referendo tal como ele se põe nas sociedades de pluralismo partidário aparecerá também dividida por estas duas posições. Uns recusam liminarmente o Referendo, identificando a esfera política a que ele pertence, a dos partidos políticos, com uma parte substancial do poder e da dominação, a do Estado, a que as pessoas se encontram sujeitas; os outros aceitam o Referendo como uma manifestação de aprofundamento da democracia, capaz de contribuir para o poder directo dos cidadãos, retirando-o das mãos do Estado e dos partidos. A teoria política do Municipalismo Libertário não pode, por exemplo, ser dissociada do uso do Referendo, mesmo que este no Municipalismo Libertário seja sobretudo conce-

bível num plano municipal, mas aí, decerto, como o principal instrumento de trabalho duma política libertária nos municípios. O Municipalismo Libertário é hoje a expressão mais arguta da vontade de repensar a relação dos anarquistas com a política nas sociedades pluripartidárias, mas é também, de forma muito mais vasta, o momento em que a democracia moderna, por influência de um reforço da tradição revolucionária que nasceu com o início da cidadania, encontra ou pode encontrar a sua maturidade e, o que é mais, a decisiva ultrapassagem dos seus aspectos mais traumáticos e nocivos.

O Referendo, como forma de manifestação directa da vontade popular num assunto da governação, é em 1998 uma novidade entre nós. Portugal tem uma velha tradição democrática e municipalista, que remonta pelo menos à organização dos concelhos na Idade Média, senão à riqueza e autonomia das cidades durante a islamização, mas tem também uma longa história de rupturas centralizadoras, que datam porventura do autoritarismo estatal de um D. João II, com um Terreiro do Paço inelutável e todo poderoso. O pluralismo partidário que chegou com o 25 de Abril de 1974, e que retomou por cima de cinquenta anos de monolitismo partidário uma experiência que datava de 1834, tem dado poucos sinais de estar disposto a alargar a democracia para além dos partidos políticos, mesmo que alguns digam que Portugal continua a ser o único país que tem uma Constituição política, a de 1976, que legitima politicamente as organizações populares de base, não-partidárias, como as Comissões de Moradores. Infelizmente, a classe política portuguesa, que apresenta por vezes um nível tão desesperadamente boçal como no constitucionalismo liberal do tempo de Eça de Queiroz, tem estado quase sempre apenas atenta a si própria e aos seus interesses, tão descaradamente privilegiados. Há muitos políticos portugueses, com responsabilidades na Assembleia ou no Governo, que não têm a mínima ideia do que seja educação ou participação cívicas dos cidadãos. A classe política portuguesa mostra-se, desde 1976, avara de

1998

poder, a ponto de não se excusar a alimentar um analfabetismo político, que lhe assegure o desinteresse da população e a exclusividade da governação. O Referendo constitui neste narcisismo excessivo dos partidos políticos uma excepção, mas uma excepção que se tem revelado e por razões várias bem amarga.

Antes de mais, cidadãos sem hábitos de discussão inteligente e imparcial, sem tradição de participação política directa, para quem a democracia se reduz ao grande espectáculo partidário, com os seus escândalos mediáticos e os seus fascínios inacessíveis, mostram-se incapazes de lidar com mecanismos políticos que escapem aos trópicos habituais. Retraem-se, pouco à vontade ou desinteressados, quando são chamados a deporem directamente. A elevadíssima abstenção no primeiro Referendo, e tão elevada que o acto se assim continuar se vê desarmado pela base, não parece um simples e momentâneo sinal de desinteresse e ainda menos, como alguns pretendem, um voto de protesto: apresenta-se antes como o resultado de uma cultura política que se tem mostrado incapaz de estimular a participação directa dos indivíduos na governação. Do mesmo modo, a criação em série, pelos partidos, de movimentos cívicos de opinião antes e durante o segundo Referendo, deixando tudo o mais no alheamento, mostrou que a iniciativa política em Portugal, mesmo em questões tão convincentes como a descentralização do poder político, não sai para fora dos grandes aparelhos partidários e dos seus interesses. Os movimentos cívicos do segundo Referendo, com os partidos encapotados, são o momento vicioso da democracia portuguesa. Nunca como nele o narcisismo exagerado dos partidos se viu rodeado de uma solidão tão estéril.

Os que deram vida à revista *A Ideia* habituaram-se desde sempre a ter do anarquismo uma *ideia* aberta à inovação, por muito que pudessem divergir nos caminhos em que pretendiam inovar e renovar. Um dos mais antigos programas elaborados pela revista, *Alternativa Libertária*, publicado em 1980, é bem o exemplo da iconoclastia do grupo e da sua abertura a experimentação de novos caminhos para o movimento. Já nessa época, há quase vinte anos, os membros da revista se mostravam sensíveis ao aprofundamento directo da democracia e interessados em pensarem activamente a

esfera pública nas sociedades multipartidárias e as novas relações que os libertários poderão vir a manter com ela. Uma das partes do programa, a sexta, chamava-se "Âmbito Político" e lá se encontrava consignado o Referendo (cf. VI, 1.5), sobretudo a nível municipal, como instrumento irrecusável da "participação directa dos cidadãos nas decisões públicas". Este assentimento de princípio, não põe de lado um desacordo, por vezes profundo, com aquilo que está a ser referendado e com a forma como isso é feito. Recordo que no texto desta publicação dado a lume o ano passado, "Jogos Feitos", se desabafava em tom acutilantemente crítico: se o referendo serve para quase tudo, até mesmo para referendar coisas irreferendáveis, por que razão não há-de servir para decidir do envio de tropas para a Bósnia ou para o aumento de impostos. No silenciamento público de problemas decisivos - em que o falhado referendo sobre a adesão de Portugal à Europa parece ser o caso manifesto - reside uma das maiores limitações da instituição do Referendo em Portugal, a que não é decerto indiferente o narcisismo traumático e sempre receoso dos partidos políticos portugueses, marcados por um intolerável imaginário centralista.

Apesar da abertura à inovação, o grupo de *A Ideia* nunca pretendeu menosprezar aqueles que se recusavam a aceitar, em nome de princípios diferentes dos nossos, a invenção de um novo anarquismo, despedido de preconceitos e aberto, entre outras coisas, ao aprofundamento directo da democracia multipartidária e à participação na esfera política. Ao grupo interessou sempre, em simultâneo com o trabalho de pesquisa sobre o *aggiornamento* da prática libertária, o exercício da tolerância e do relativismo crítico, como garantia da expressão individual e desenvolvimento de um pensamento não-dogmático. Já em 1980, na apresentação do programa "Alternativa Libertária", *A Ideia* propunha aos anarquistas "o debate aprofundado das discordâncias", a consciência lúcida dos desacordos, em vez da reacção emocional na defesa de princípios inamovíveis, primeiro passo para a incompreensão e a calúnia. Nas ideias que constelam o céu platónico parece ter interessado mais aos membros do grupo a liberdade infinita de cada *ideia*, como inesgotável fonte de criação, que a sua irrealdade desencarnada ou imaterial.

António Cândido Franco

Registo: - O livro de António Ventura, resultado da sua tese de doutoramento, **Emílio Costa: Entre a República e a Acracia** - A edição de mais dois livros de Edgar Rodrigues, no Brasil: **Os Companheiros-3** e os **Companheiros-4** - A Conferência Internacional de Estudos sobre Escola Social e suas Perspectivas Políticas, realizada em Lisboa em Agosto de 1998.

Dir. e Prop.: João Freire

Endereço: Apartado 140
2490 Ourém - Portugal

Depositário: C.E. L., Rua Marquês
de Ponte de Lima, 37-2.º - D.º - Lisboa

Execução gráfica:

Tipografia Comercial de Tomar

Depósito legal: 3.276/83

Registo título: 104.197

Registo prop.: 207.384

ISSN: 0870-6913

